



AUTORITARISMO NA ESTRUTURA BRASILEIRA: IMPACTOS PARA O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Authoritarianism in the Brazilian structure: impacts on the ethical-political project of Social Work

Marcelo Fernandes da Rocha*

 <https://orcid.org/0009-0007-4596-5219>

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar os impactos do autoritarismo para o projeto ético-político do Serviço Social. A partir da perspectiva materialista histórico-dialético de compreensão da realidade, esta pesquisa bibliográfica aborda a correlação entre o autoritarismo e ideologia neoliberal, discorre sobre a estrutura econômica brasileira e as raízes históricas determinantes, e descreve como o autoritarismo se reproduz no cotidiano da classe subalterna, afetando o projeto ético-político. Os gráficos e dados compõem parte dos métodos e técnicas para demonstração da desigualdade e violência constituintes do autoritarismo. Como resultado do trabalho, considera-se que o autoritarismo é historicamente reproduzido e socialmente legitimado a partir da estrutura econômica e da superestrutura. Sua subjetivação no cotidiano ocorre na forma de violências, principalmente sobre a classe subalterna e às questões de gênero e raça a ela inerentes, tratando-se de um obstáculo para concretização do projeto ético-político do Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE

Autoritarismo; Estrutura; Projeto ético-político; Serviço social.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the impacts of authoritarianism on the ethical-political Project of Social Work. From the historical-dialectical materialist perspective of understanding reality, this bibliographic research addresses the correlation between authoritarianism and neoliberal ideology, discusses the Brazilian economic structure and its determining historical roots, describes how authoritarianism is reproduced in the daily lives of the subordinate class, and how it affects the ethical-political project. The graphs and data make up part of the methods and techniques for demonstrating the inequality and violence that constitute authoritarianism. As a result of this work, it is considered that authoritarianism is historically reproduced and socially legitimized through the economic structure and superstructure. Its subjectification in everyday life

*Assistente Social. Mestre em Estado, Governo e Políticas Públicas pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO, São Paulo, Brasil). Assistente social do Centro de Atenção Psicossocial da Prefeitura Municipal de Rio Pomba (CAPS, Rio Pomba, Brasil). E-mail: imarcelorocha@yahoo.com.br

DOI 10.22422/temporalis.2023v23n46p137-153



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2023 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

takes the form of violence, mainly directed towards the subordinate class and the gender and race issues inherent to it, constituting a significant obstacle to the realization of the ethical-political project of Social Work.

KEYWORDS

Authoritarianism; Structure; Ethical-political Project; Social work.

Introdução

Os princípios fundamentais do Código de Ética do Serviço Social tratam do reconhecimento da liberdade como valor ético central, ampliação e consolidação da cidadania, defesa da democracia, socialização da participação política, posicionamento em favor da equidade e da justiça social, eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação, defesa intransigente dos direitos humanos e defesa de um projeto societário transformador da realidade de exploração de classe (Brasil, 1993).

Por outro lado, na atual conjuntura de hegemonia neoliberal de reordenamento do capital, a banalização da vida, a naturalização da desumanidade, a indiferença, a barbárie e o ódio têm crescido. Chavões autoritários como “bandido bom é bandido morto” ou “preso tem que sofrer” se tornaram desavergonhadamente comuns. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar os impactos do autoritarismo para o projeto ético-político do Serviço Social.

Além dos princípios, este esforço coletivo da categoria profissional possui diretrizes e objetivos que estão entrelaçados e revelam-se incompatíveis com o autoritarismo. Trata-se de uma ética voltada para a defesa dos direitos humanos e enfrentamento da estrutura capitalista de dominação, exploração e opressão. A superação de desafios e a criação de possibilidades de garantia desses fundamentos no trabalho profissional passam pela compreensão do autoritarismo na realidade social.

A partir da perspectiva materialista histórico-dialético de compreensão da realidade, esta pesquisa bibliográfica, de natureza descritiva, dialoga com fontes tradicionalmente marxistas e de outras correntes de pensamento. Busca-se a elucidação da realidade dissimulada pela racionalidade capitalista, promotora de uma aparência a-histórica e desvinculada da totalidade social. Nesse rumo, “o objetivo da pesquisa marxiana é, expressamente, conhecer as categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa” (Netto, 2010, p. 21).

No primeiro tópico, abordaremos o autoritarismo na sociedade capitalista contemporânea, sua correlação com a ideologia neoliberal; e como as relações autoritárias são mais intensas e abundantes em tempos de crise do capital. No segundo tópico, discutiremos sobre a estrutura econômica brasileira e as raízes históricas determinantes. Trata-se de uma estrutura que possui raízes histórico-dialéticas constitutivas oriundas do absolutismo ibérico e que, enquanto determinações, são socialmente reproduzidas.

Já no terceiro tópico, descreveremos como o autoritarismo se reproduz no cotidiano da classe subalterna e impacta no projeto ético-político. As condições dessa classe são

indissociáveis das questões de raça e gênero, tratando-se de plataforma para legitimação social e reprodução de diversas formas de violência institucional, intrafamiliar, comunitária etc. Sociabilizada e mediada por relações autoritárias, no cotidiano, a classe social explorada carrega e reproduz valores dominantes, estando passível de pactuar com projetos autoritários.

Portanto, o autoritarismo historicamente reproduzido e socialmente legitimado, é subjetivado no cotidiano, tratando-se de um grande obstáculo para concretização do projeto ético-político do Serviço Social. Diante das crises cíclicas e do reordenamento do capital na atual conjuntura, esse obstáculo tem se fortalecido e avançado na forma de projetos políticos que têm alçado o poder político em diversos países, ameaçando e corroendo democracias burguesas, inclusive, no Brasil.

Autoritarismo na sociedade capitalista contemporânea e ideologia neoliberal

Arendt analisou o autoritarismo a partir do contexto da primeira metade do século XX, compreendendo-o como desumanizante a partir da eliminação dos espaços político-democráticos, da supressão da liberdade, do nacionalismo extremo e da exclusão de minorias e grupos étnico-raciais. Regime que tende a ter uma liderança carismática que controla a população. Há, nessa análise, uma condição ainda mais extrema, chamada de totalitarismo, em que não é preciso exercer a violência contra a oposição porque já não há oposição. Isso decorre da sofisticação do terror pela propaganda ao ponto de haver uma dominação total

As massas têm de ser conquistadas por meio da propaganda [...] nos países totalitários, a propaganda e o terror parecem ser duas faces da mesma moeda. Isso, porém, só é verdadeiro em parte. Quando o totalitarismo detém o controle absoluto, substitui a propaganda pela doutrinação e emprega a violência não mais para assustar o povo (o que só é feito nos estágios iniciais, quando ainda existe a oposição política), mas para dar realidade às suas doutrinas ideológicas e às suas mentiras utilitárias (Arendt, 1989, p. 390).

O autoritarismo, fenômeno próprio das mediações e contradições do modo de produção capitalista, não se limita a um regime de governo que é o momento em que o projeto autoritário alcança o poder estatal. Trata-se de um fenômeno presente na totalidade da vida social — tanto nas estruturas burguesas autocráticas quanto nas democráticas — sendo socialmente reproduzido a partir de processos histórico-dialéticos de determinado período e até intensificado, como na atual hegemonia neoliberal. Linz (2000, p. 100, tradução nossa¹) afirma que “é inegável que as formas de coerção que mencionamos e o terror político podem ser encontrados em sistemas políticos que, de outra forma, sem alargar o termo, não poderiam ser chamados de totalitários”.

Presume-se que aquele que está hierarquicamente acima possui maior conhecimento de causa, sendo dotado de um direito de ordenar. É dessa ordem de uma autoridade que muitos sujeitos cometem uma ação que causa sofrimento em um terceiro indivíduo.

¹ However, it is undeniable that the forms of coercion we have mentioned and political terror can be found in political systems that otherwise, without stretching the term, could not be called totalitarian.

Segundo Milgram (1983, p. 80) “geralmente, tem-se a sensação de que as autoridades sabem mais do que as pessoas que elas comandam; se sabem ou não, fica estabelecido que sabem”. Motivo pelo qual diversos soldados nazistas se defenderam com o argumento de que apenas seguiam ordens. Da autoridade advém o controle social

A autoridade é a fonte de controle social observada num contexto específico. O contexto define o alcance dos comandos considerados apropriados à autoridade em questão. [...] Assim, numa situação militar um capitão pode dar ordens a um subordinado para que ele realize uma ação altamente perigosa, mas ele não pode ordenar a esse subordinado abraçar sua namorada. Em um caso, a ordem é ligada logicamente a função geral do militar, e no outro caso não é (Milgram, 1983, p. 80).

Se a autoridade é fonte de controle social de um determinado contexto e o contexto define o alcance dos comandos da autoridade, em períodos de crise do capital, ocorre um aprofundamento da coerção e violência desses comandos. É quando o Estado, detentor do monopólio da violência, usa suas forças coercitivas e diretamente viola direitos humanos. Violências que são historicamente naturalizadas e socialmente legitimadas. Há de se questionar a razão de existirem sujeitos autoritários que legitimam tais atos. Adorno observa que a partir da lógica de exploração, dominação e individualização, a sociabilidade capitalista forja o sujeito autoritário, reproduzindo o fenômeno

Potencialmente a mais perigosa, é definida pela estereotipia extrema: noções rígidas tornam-se fins e não meios e o mundo inteiro é dividido em campos administrativos, vazios e esquemáticos. Há uma quase completa falta de investimento objetal e de laços afetivos. Se a síndrome do “Alucinado” tinha algo de paranoico, a “Manipuladora” tem algo de esquizofrênico. [...] pelo contrário: em uma espécie de super-realismo compulsivo que trata tudo e todos como um objeto a ser utilizado, manipulado, apreendido pelos próprios padrões teóricos e práticos do sujeito (Adorno, 2019, p. 561).

Todos os sujeitos são dotados de singularidades, interesses e posicionamentos individuais. Entretanto, todos também são condicionados pela estrutura e relações sociais de classe, sendo socialmente mediados pelas condições materiais em que se encontram inserido na totalidade da vida social. Como resultado dessa sociabilização, de forma progressiva, existem sujeitos com ausência quase completa de afeto, piedade e empatia. Ressalta-se que a análise em questão é psicossocial, reflexo da sociabilização e das contradições do modo de produção capitalista, não se tratando, portanto, de um transtorno mental. Em uma sociedade hegemonicamente neoliberal, de lógica mercadológica para a totalidade social, há disseminação e valorização desse perfil

O padrão é encontrado em numerosos homens de negócios e também, em número cada vez maior, entre membros da ascendente classe gerencial e tecnológica. Muitos antissemitas politicamente fascistas na Alemanha apresentavam essa síndrome: Himmler pode ser um símbolo deles. Sua inteligência sóbria, junto com a ausência quase completa de afetos, torna-os talvez os mais impiedosos de todos. Seu modo organizacional de olhar para as coisas os predispõe a soluções totalitárias. Seu objetivo é a construção de câmaras de gás em vez de pogrom. Ele nem mesmo tem que odiar os judeus (Adorno, 2019, p. 561).

Conseqüentemente, em tempos de crise do capital, ocorre intensificação das ações autoritárias, presentes na totalidade da vida social, sendo cotidianamente reproduzidas nas autocracias e nas democracias burguesas. A partir da totalidade dos meios de produção² e das relações de produção³ forma-se a base da estrutura material que no modo de produção capitalista é econômica

A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (Marx, 2008, p. 47).

São idealizações que, socialmente cristalizadas, formam uma superestrutura de caráter ideológico e constituída por aspectos políticos, religiosos, jurídicos, educacionais, morais, culturais etc. No âmbito subjetivo, esse processo que mascara as condições de exploração de classe, aliena e reifica a sociedade, produz sujeitos propensos ao individualismo, contrários à proteção social e a intervenção estatal

Esses sujeitos não querem piedade para os pobres, nem aqui e nem no exterior. Esse traço parece estar estritamente confinado a altos pontuadores e ser uma das características mais diferenciadas na filosofia política [...]. A abolição da doação, a rejeição da interferência do Estado no jogo “natural” da oferta e procura no mercado de trabalho, o espírito do ditado “quem não trabalha não deve comer” pertencem à sabedoria tradicional do individualismo econômico inflexível e são enfatizados por todos aqueles que consideram o sistema liberal ameaçado pelo socialismo (Adorno, 2019, p. 425).

Em geral, trata-se de sujeitos que estão à direita do espectro político e enxergam no neoliberalismo um degrau para o projeto extremo e autoritário. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 384) “o fato fundamental é que o neoliberalismo se tornou hoje a racionalidade dominante, não deixando da democracia liberal nada além de um envelope vazio, condenada a sobreviver na forma degradada de uma retórica ora comemorativa, ora marcial”.

A partir da naturalização, legitimação social e apoio popular, o aprofundamento dessas práticas e valores leva a consensos em prol de projetos autoritários como o populismo de extrema-direita de Trump nos EUA e governos neofascistas na Europa, abalando as democracias burguesas. Inevitavelmente, tais impactos da recente conjuntura alcançaram a estrutura econômica brasileira e evidenciam a mobilização de parcela da sociedade em prol do projeto autoritário de extrema-direita que culminou na eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Em suma, como um vício ou extremo da autoridade, o autoritarismo representa a oposição sólida aos interesses coletivos, à justiça social, à democracia, à cidadania e aos direitos

² Condições necessárias para produção de bens e serviços, como materiais, tecnologias, ferramentas, instrumentos, máquinas, recursos naturais, matérias-primas. Ver: Marx no Capital, livro 1, capítulo 4, p. 243.

³ Relações sociais que se estabelecem entre os indivíduos na produção, se modificando ao longo do tempo para desenvolver as forças produtivas. Ver: Marx em O Capital, livro 1, capítulo 11, p. 410.

humanos. Refere-se a uma perspectiva que sintetiza os interesses da sociedade burguesa, desumanizando determinados estratos da sociedade em prol desses interesses individuais que, em momentos de crise, se intensificam de forma sádica ou indiferente para com outros seres humanos. Trata-se de uma categoria que representa os interesses da classe dominante e que em um país periférico e estruturalmente desigual como o Brasil, torna-se ferramenta de reprodução estrutural.

A estrutura, as raízes históricas determinantes e a reprodução do autoritarismo brasileiro

Durante quase quatro séculos, a exploração do Brasil ocorreu a partir de uma estrutura portuguesa composta por um sistema de mão de obra do escravo africano e exportação de riquezas naturais. Em 1808, diante da ameaça napoleônica, a família real transferiu-se para o Brasil, gerando transformações institucionais e político-econômicas durante o período joanino. Entretanto, é notável que apesar do fim do sistema colonial-imperial e instauração da república a estrutura voltada para a exploração das riquezas e do povo brasileiro se mantém preservada até os dias atuais.

Bloch observa que qualquer sociedade capitalista tem uma temporalidade em camadas. Na Alemanha, por exemplo, em pleno século XX, ainda existiam sujeitos valorativamente vivendo no tempo feudal porque as relações sociais ainda eram condicionadas por traços feudais, gerando idealizações desse modo de produção (Mascaro, 2022). Da mesma forma, camadas próprias da colonização, do absolutismo, do eurocentrismo ibérico e do sistema escravista ainda se fazem presentes na sociedade brasileira, sendo reproduzidas a partir da estrutura econômica e das condições superestruturais. Trata-se de uma estrutura que possui raízes histórico-dialéticas constitutivas e que, enquanto determinações, são reproduzidas e legitimadas por parcela significativa da sociedade.

Cabe destacar que as revoluções burguesas que derrubaram as estruturas absolutistas europeias e promoveram determinados direitos de cidadania, não alcançaram o território brasileiro. Os direitos de cidadania jamais foram garantidos em sua completude, sendo, inclusive, totalmente negados em períodos ditatoriais. O patrimonialismo é um traço marcante no âmbito estatal brasileiro

O Estado português na época da colonização é um Estado absolutista. Em teoria, todos os poderes se concentram por direito divino na pessoa do rei. O reino – ou seja, o território, os súditos e seus bens – pertence ao rei, constitui seu patrimônio. Daí a expressão “Estado patrimonialista” para definir o Estado absolutista, utilizada por muitos autores, a partir da conceituação do sociólogo alemão Max Weber (Fausto, 1995, p. 62).

Em geral, as grandes transformações de ordem do capital ocorreram a partir de elites e estamentos, sem efetiva participação e decisão popular, e ainda, visando a manutenção das condições de classe vigentes. Para Singer (1981, p. 101) “a burguesia brasileira monopoliza o poder de decisão sobre a vida produtiva do país”.

Por consequência, essa estrutura econômica eurocêntrica, essencialmente, reproduz relações autoritárias ocultadas no âmbito superestrutural por novas aparências que mascaram violências de classe, gênero e raça. Constata-se, por exemplo, que apesar do fim

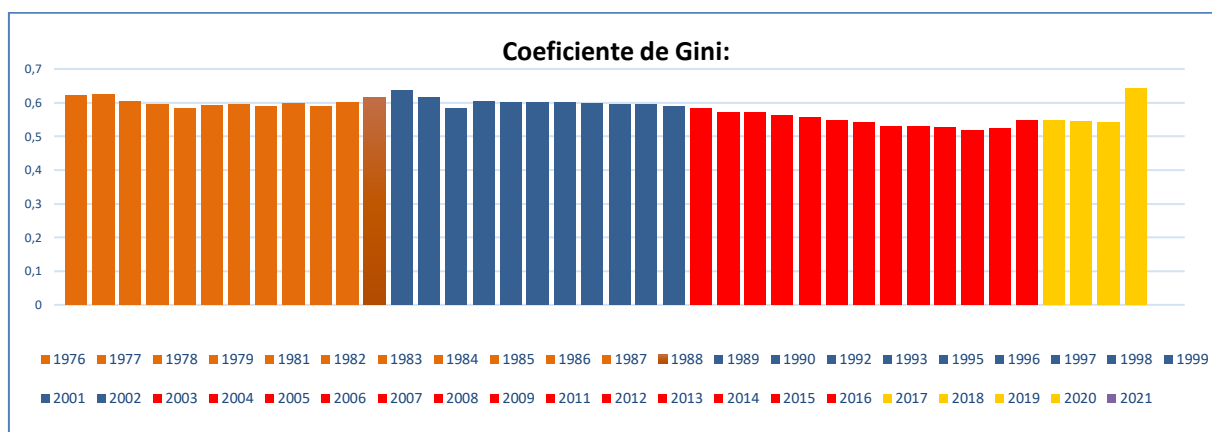
da monarquia, títulos de nobreza são reatualizados. O *status* e poder do visconde, do marquês ou do duque, sob novas roupagens, são reproduzidos pelo juiz, desembargador, general, senador etc.

Tal reprodução ocorre na sociedade política, no âmbito estatal, de forma burocrática, nepotista e patrimonialista, com hereditariedade de cargos e ausência de princípios democráticos. A administração patrimonialista do Estado brasileiro dos períodos colonial e imperial ainda se faz presente na contemporaneidade a partir de estamentos burocráticos militares, judiciários, dentre outros. Crimes contra a administração pública, privilégios e favorecimentos a esses grupos e estamentos burocráticos se perpetuam em nossa sociedade. (Faoro, 2001). É possível citar as pensões concedidas aos entes de militares ou as prerrogativas e benefícios concedidos aos congressistas, juizes e desembargadores.

As condições superestruturais produzidas pelas relações de produção, próprias da sociedade capitalista, geram formas de dominação e exploração de classe a partir de instituições político-ideológicas. Nessa perspectiva, manter as condições de subalternidade e desigualdade social é fundamental para que tais estamentos concentrem poder suficiente para sustentar as relações coercitivas. Trata-se de condições necessárias para manutenção e reprodução dessa estrutura social.

Nesse sentido, o Gráfico 1 demonstra que a concentração de renda brasileira, uma das maiores do mundo, se mantém intacta nos últimos quarenta e cinco anos. Diante dos investimentos sociais dos governos petistas em 2003, houve leve decréscimo da desigualdade social, entretanto, ainda profunda e insuficiente para alterar a estrutura brasileira.

Gráfico 1: Evolução da desigualdade social no Brasil, 1976 a 2021⁴.



Observação: Os dados de 2021 são do 1º trimestre.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Ipeadata (2020), IBGE (2021), FGV (2021).

⁴ Seu valor pode variar teoricamente desde o (zero), quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1 (um), quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE) (Ipeadata, 2002).

A reprodução do autoritarismo também ocorre na sociedade civil. O Brasil foi, tardiamente, um dos últimos países a encerrar o sistema escravista em 1888. Entretanto, apesar do fim do legal do sistema, não houve transformações. As expressões colonial-escravistas se reproduzem e se intensificam em determinadas conjunturas. O racismo está estruturado em um país de maioria autodeclarada negra e a propriedade territorial latifundiária se mantém intacta. O arbítrio e a violência aberta de latifundiários, estamentos e elites que concentram poder econômico permanecem intocados e presentes no cotidiano.

Essa relação vai se perpetuar no Brasil dos séculos seguintes em relação aos abandonados e marginalizados, ou seja, os atuais descendentes dos ex-escravos de qualquer cor de pele, embora a maioria continue sendo negra, mesmo depois da abolição formal da escravidão. O escravo é, portanto, aquele em relação ao qual mesmo o dependente desvalido vai poder se distinguir e se sentir superior. Sua sensação de liberdade vem de sua condição não escrava. Este é um ponto crucial das relações de classe no Brasil: os escravos, e depois seus descendentes, formando um exército de humilhados e esquecidos de todas as cores, vão se tornar uma espécie de casta dos intocáveis, tal como na Índia (Souza, 2018, p. 54).

Os escravos recém-libertos, despossuídos de direitos, não era totalmente livre porque não tinha condições de sobrevivência. Despossuído de direitos de cidadania, sem acesso a qualquer proteção social, os escravos foram abandonados. No topo da pirâmide social, essa espécie de casta social, junto ao estamento burocrático, forma uma elite que domina e explora a classe subalterna, empobrecida, sem meios de sobrevivência, sem direitos plenamente garantidos e cotidianamente violentada

Essa é precisamente a função que o escravo desempenhou entre nós – e que seus descendentes continuam a desempenhar na nossa sociedade atual. O homem livre, mesmo empobrecido – e não efetivamente livre, pois não dispunha de seus meios de sobrevivência –, podia se sentir superior, se sentir “gente” ao ser recebido à mesa do senhor com dignidade, tratado como se fosse igual. Tudo isso apenas porque não era escravo (Souza, 2018, p. 55).

Perante a nova dinâmica urbano-industrial do capital no século XX, ocorreu um rearranjo das condições de exploração, entretanto, reproduzindo-se traços essenciais para a estrutura como, por exemplo, o abandono estatal em relação à classe subalterna. Questões estruturais de base como a reforma agrária, urbana e diversas manifestações da “questão social” capitalista se mantêm intocadas.

Qualquer ação voltada a desatar os nós do desenvolvimento socioeconômico brasileiro por meio de reformas na base da estrutura econômica, como fizeram os revolucionários burgueses do capitalismo central, é severamente atacada pela classe que domina a estrutura. É neste caminho que trilha a histórica criminalização e coerção de movimentos sociais, partidos políticos democrático-progressistas e qualquer projeto de caráter justo e igualitário, ou seja, voltado ao interesse da classe subalterna.

O conservadorismo consiste na preservação das normas e valores ideologicamente tratados como tradicionais, mas que, em considerável parte, mascaram o objetivo de preservar arbitrariedades e violências tradicionais, oriundas das camadas coloniais e escravistas. Historicamente, as forças reacionárias da sociedade brasileira visam manter a

velha hegemonia do capitalismo colonial de exploração, por vezes, aprofundando o conservadorismo moral.

Cabe salientar que o autoritarismo é uma forma de exercício do poder pela violência que contribui para a manutenção das bases estruturais do capitalismo em sua totalidade social. Na esfera superestrutural, a reorganização transcorre em diversos âmbitos, como exemplo, no religioso, quando há promoção de projetos moralistas e ultraconservadores, condizentes com a hegemonia estrutural econômica. O uso autoritário da religião manipula as massas acríticas, o que se trata de uma forma de violência, muitas vezes, invisível para essas massas que nem sequer percebem a violência financeira, política e psicológica pelo qual sofrem

O considerável papel desempenhado por pastores ou ex-pastores na disseminação da propaganda fascista e o uso contínuo que fazem do meio religioso sugerem fortemente que a tendência geral da indiferença religiosa não constitui completamente uma ruptura entre a persuasão religiosa e nosso principal problema. Embora a religião não possa mais estimular o fanatismo expresso contra aqueles que não compartilham da crença de uma pessoa, somos levados a suspeitar que, em um nível mais profundo e inconsciente, a herança religiosa, a persistência de antigas crenças e a identificação com certas denominações ainda se fazem sentir (Adorno, 2019, p. 484).

Se durante o Brasil colônia, a reprodução do autoritarismo ocorria pela via religiosa católica a partir da violência sobre os povos originários, atualmente, ocorre na violência e relação hostil por parte de neopentecostais, e alas conservadoras de diversas matrizes religiosas, com as religiões de matriz africana.

Dessa forma, a estrutura econômica brasileira concentra renda e o excedente acumulado gera poder político-econômico à classe dominante, reproduzindo relações sociais autoritárias⁵. Estrutura que, diferentemente das democracias do capitalismo central, não passou por uma revolução burguesa ou absorveu os princípios democrático-liberais. A história recente do Brasil, por exemplo, caracteriza-se pela alternância entre períodos de democracia e autocracia burguesas. Há, portanto, constante ameaça aos valores democráticos e dificuldade em se estabelecer uma democracia burguesa. Cabe ressaltar que mesmo em uma democracia burguesa, as relações autoritárias são reproduzidas e direitos são limitados ou negados pelo capital, não se tratando de uma democracia plena.

Sujeitos conservadores acusam os progressistas das mesmas coisas que gostariam de fazer, quando “eles clamam por uma defesa da democracia contra seus “abusos” e, ao atacar os “abusos”, acabam abolindo a democracia por completo” (Adorno, 2019, p. 399–400). Agarrados a argumentos falso-moralistas e de ordem, os sujeitos propensos ao fascismo usam a liberdade e a democracia para atacarem a ela própria e o progressismo. Trata-se de um complexo de usurpação com intuito de tomar os lugares e controlar as

⁵ Freire (1987) afirma que “a própria superestrutura educacional aliena, não conscientiza, não liberta e naturaliza a opressão reproduzida pelo oprimido que imerso nessa engrenagem, teme a liberdade e a luta pela liberdade, tratada como ameaça ao seu desejo de também oprimir”.

instituições, minando a democracia de dentro para fora e sacramentando um regime autoritário

A mentalidade pseudoconservadora se volta – difusa e inconscientemente – para estabelecer uma ditadura do grupo economicamente mais forte. Isso deve ser conseguido por meio de um movimento de massas que prometa segurança e privilégios ao chamado “pequeno homem” (isto é, membros preocupados da classe média e média-baixa que ainda se agarram ao seu status e à sua suposta independência) caso ele se junte às pessoas certas na hora certa. Esse desejo aparece em toda ideologia pseudoconservadora como o reflexo de um espelho. O governo por representação é acusado de perverter a democracia (Adorno, 2019, p. 399–400).

Se o autoritarismo se reproduz na totalidade social, também ocorre em espaços democrático-progressistas quando, por exemplo, há reprodução de discursos e argumentações conservadoras a partir de valores de ordem autoritária. Em outros termos, tratar os sujeitos que cometem tais atos, direta ou indiretamente, como singularmente maus, sem considerar a sociabilização e os processos sociais próprios da estrutura brasileira, é reproduzir o juízo moral conservador de ser bom ou mau.

A estrutura brasileira é contrária ao desenvolvimento nacional socialmente justo, igualitário e em sua totalidade, como defendido pelo Código de Ética. Estrutura que possui traços ibérico-absolutista e colonial-escravista determinantes para formação do autoritarismo brasileiro. Trata-se de determinações de caráter político-econômico, sociocultural e histórico-ideológico que, em sua totalidade social, se entrelaçam e se influenciam. Ao serem mediadas pelas relações capitalistas, as mesmas assumem características universais e particularidades deste modo de produção. Portanto, essas determinações estão relacionadas a manutenção da estrutura de classe, das relações de produção e de exploração capitalista.

O lema positivista é algo distante da realidade social. Contra a suposta desordem advinda de um projeto transformador e progressista, a ordem tem sentido conservador, sendo estabelecida pela via autoritária, enquanto o progresso, com sentido de acúmulo de renda, é restrito a um seletivo grupo social dominante.

Em suma, referem-se a processos histórico-dialéticos que não passaram pelo crivo de uma revolução burguesa, reproduzindo-se os traços ibérico-absolutistas e colonial-escravistas que enquanto determinações, condizentes com a ideologia dominante, estruturalmente forjam e reproduzem relações autoritárias sob novas roupagens. O fim do sistema escravista não garantiu cidadania ao escravo liberto, questões estruturais de base se mantêm intocadas e qualquer tentativa de reforma é severamente atacada pela classe dominante. Pela hegemonia ideológica, essa classe alça apoio em parcela considerável dos explorados que não se veem pertencentes a sua própria classe social. Sem cidadania consolidada, a história recente do Brasil é marcada por períodos alternados de democracia e autocracia burguesa — de âmbito militar — que tem ganhado força a partir de uma nova onda de extrema-direita que tem intensificado relações sociais autoritárias no cotidiano, diretamente afetando o projeto ético-político.

Impactos do autoritarismo no cotidiano e o projeto ético-político do Serviço Social

A exploração de classe visando a extração do valor excedente é uma característica universal da sociedade capitalista e possui traços pertinentes presentes na totalidade da vida social. Na estrutura brasileira, a exploração de classe revela particularidades, como as condições da classe subalternizada que são indissociáveis das questões de raça e gênero, tratando-se de plataforma social para legitimação social e reprodução cotidiana de diversas formas de violência institucional, intrafamiliar, comunitária etc.

São violências que, advindas da estrutura, violam direitos humanos, inclusive, de forma invisível, cultural e naturalizada. Advindo da estrutura e das determinações da sociedade brasileira, o racismo é estrutural⁶ e está presente em todos os indicadores de violência. As senzalas contemporâneas são representadas e reproduzidas nos presídios

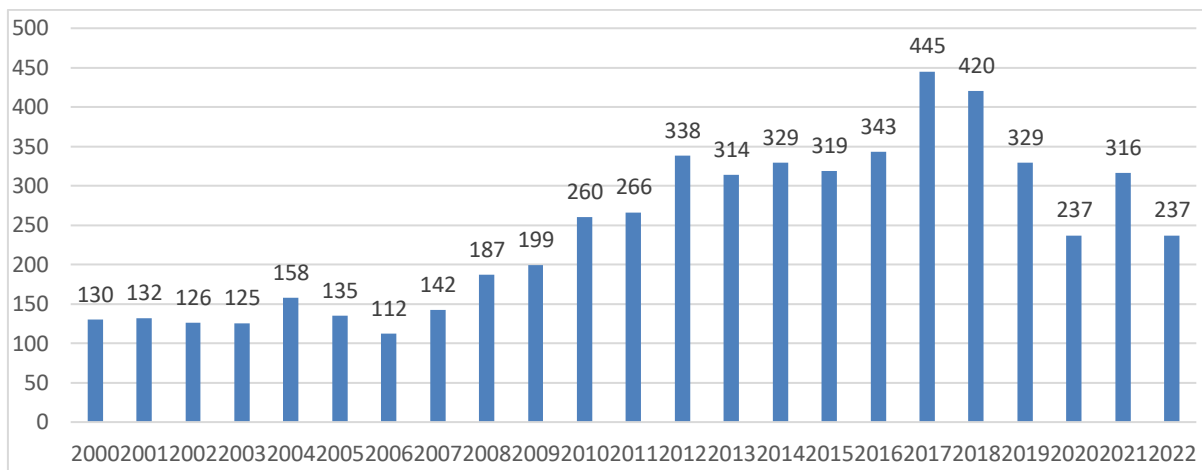
O sistema prisional brasileiro escancara o racismo estrutural [...]. Em 2005, 58,4% do total da população prisional era negra, em 2022, esse percentual foi de 68,2%, o maior da série histórica disponível. Em outras palavras, o sistema penitenciário deixa evidente o racismo brasileiro de forma cada vez mais preponderante. A seletividade penal tem cor. No que diz respeito à faixa etária, a maior parte da população encarcerada continua sendo de jovens entre 18 e 29 anos, compondo 43% do total. No ano de 2021, esse percentual era de 46,3%; a ligeira queda, contudo, não muda o cenário geral. O perfil da população encarcerada é o mesmo da população que mais morre: jovens e negros (Brandão; Lagreca, 2023, p. 10)

Em uma sociedade de raízes patriarcais, questões de gênero são expressivas. Ao analisar a desigualdade advinda da estrutura a partir do foco nas dimensões raça e gênero, os resultados demonstram que famílias chefiadas por mulheres negras tem menor acesso aos alimentos. Cabe ressaltar que independentemente da cor, a mulher sempre está mais vulnerável ao acesso a alimentos (PENSSAN, 2023). A mulher também é o principal alvo de violência sexual. Em 2022, as principais vítimas de violência sexual foram as mulheres, sendo 56,8% autodeclaradas negras ou pardas e com aumento em relação a 2021 (Bueno, *et al.*, 2023).

O cotidiano brasileiro também é marcado por violências contra a população LGBTQIAPN+, demonstrando se tratar de um país extremamente hostil e intolerante para a população com esta orientação sexual. O Gráfico 2 revela que há uma tendência de crescimento do número de mortes violentas nesse segmento social.

Gráfico 2: Número de mortes violentas de LGBTQIAPN+ no Brasil entre 2000 e 2022.

⁶ Ver: Almeida (2021).



Fonte: Acontece LGBTI+, Grupo Gay da Bahia, Observatório de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil, 2023. Reprodução.

Em todos esses grupos sociais, há dificuldade por parte dos pesquisadores em obter dados confiáveis e sem subnotificação, o que também revela a ocorrência de violência institucional pela omissão, evidenciando como o autoritarismo reproduz medo, violência e silêncio diante da mesma. Isto corre devido à desumanização e deslegitimação dos sujeitos desses segmentos sociais, não tratados como cidadãos que possuem direito às políticas públicas.

Há explícito um propósito de negligenciar e excluir esses segmentos da sociedade civil e da sociedade política, como ocorre no subfinanciamento das políticas sociais. Trata-se de algo que acontece dentro e fora das políticas sociais quando são subalternizadas por parte dos profissionais e gestores públicos. A eliminação da proteção social a esses grupos condiz com a lógica neoliberal, negligenciando violências de gênero historicamente enraizadas, socialmente reproduzidas e naturalizadas nas relações familiares, comunitárias etc.

Cabe frisar que tais violências e o aprofundamento das relações autoritárias⁷ crescem em períodos de crise do capital. Momento em que o preconceito, a punição e a agressividade contra a classe subalterna se tornam mais intensos. Parte-se da convicção de que o sujeito em situação de pobreza somente trabalha quando é pressionado, o que é contraditório, visto que o trabalho é ontológico do ser social. Ou seja, além da exploração, também ocorre desumanização e culpabilização dos sujeitos empobrecidos pela condição em que se encontram.

⁷ Todas as formas de violência contra a mulher subiram em 2022, com feminicídios crescendo 6,1%, homicídios dolosos 1,2%, violência doméstica 2,9%, ameaças 7,2%, assédio sexual 49,7%, importunação sexual 37%. As hipóteses em relação as causas do aumento são o desfinanciamento das políticas de proteção à mulher por parte da gestão de Jair Bolsonaro; o impacto da pandemia de covid-19 nos serviços de acolhimento e proteção às mulheres, que em muitos casos tiveram restrições aos horários de funcionamento, redução das equipes de atendimento ou mesmo foram interrompidos; o cenário de crescimento dos crimes de ódio da ascensão de movimentos ultraconservadores na política brasileira, que elegeram o debate sobre igualdade de gênero como inimigo número um. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023.

Este ciclo de exploração se reproduz a partir de processos ideológicos alienadores acerca da realidade social. Sociabilizada e mediada por relações autoritárias, a classe social explorada pactua com projetos autoritários, carregando e reproduzindo valores dominantes. Há implícito o desejo de se tornar um “capitão do mato” ou um senhor de engenho contemporâneo que Freire (1987) brilhantemente afirma ser o desejo do oprimido de se tornar opressor.

Para Slavoj Žižek (2014), a violência é algo presente em todas as relações sociais, mesmo quando não perceptível à primeira vista. Há situações em que a exploração do trabalho assalariado, da opressão e da dominação de classe são naturalizadas e com isso, não são percebidas como violência. A legitimação ocorre, primeira e principalmente, com apoio do sujeito com perfil autoritário

A síndrome autoritária – essa síndrome é a que mais se aproxima da imagem geral do alto pontuador que se destaca em todo o nosso estudo [...] o sujeito alcança seu próprio ajuste social apenas sentindo prazer na obediência e subordinação. Isso traz à tona a estrutura de impulso sadomasoquistas, tanto como condição quanto como resultado do ajuste social. Em nossa forma de sociedade, as tendências sádicas, assim como as tendências masoquistas, realmente encontram uma gratificação (Adorno, 2019, p. 543).

A legitimação avança quando parcela expressiva da sociedade corrobora com as arbitrariedades, ilegalidades e violências⁸. Há uma ilusão ética amplificada pelo distanciamento, desigualdade e segregação social entre áreas urbanas nobres e periféricas, ou qualquer outra catraca social invisível que separa e distancia as classes sociais. Esse distanciamento entre o cotidiano repleto de violência, vulnerabilidade e risco social da classe subalterna e o cotidiano da classe dominante é algo necessário para existência da ilusão ética e reificação da classe explorada. A pesquisa de Milgram (1983, p. 29) aponta para o efeito diferenciado acerca da distância entre vítima e opressor

Nós mudamos; nossas relações espaciais alteram-se de uma situação para a seguinte e o fato de estarmos perto ou longe pode ter um poderoso efeito nos processos psicológicos que intermeiam nosso comportamento em relação aos outros. Nessas experiências, quando a vítima era colocada mais próxima da pessoa que recebia ordens para lhe dar choques, num número crescente de pessoas abandonou a experiência, recusando-se a obedecer. A presença física concreta, visível e próxima da vítima agia de modo importante para neutralizar o poder do pesquisador e gerar a desobediência. Qualquer modelo teórico de obediência terá que levar este fato em conta.

A ilusão ética do distanciamento oculta mazelas estatais e a negação histórica de serviços públicos aos sujeitos desprovidos de direitos de cidadania que sobrevivem em territórios socialmente vulneráveis. Em geral, a presença estatal se resume a coerção violenta, direta e em muitos casos, ilegal e arbitrária. Uma classe dominante que, presa a ilusão ética,

⁸ Cabe exemplificar os casos em que parcela considerável da sociedade apoia atos golpistas, situações de trabalho análogo ao escravo, superexploração do trabalhador, torturas institucionalizadas no sistema prisional, justiças “com as próprias mãos” de sujeitos envolvidos com delitos, execuções de acusados de estupro, criminalização de adolescentes em medida socioeducativa etc.

enxerga como única alternativa a coerção estatal contra a classe formada pelos descendentes dos “libertos” do sistema escravista

Todos nós somos presas de uma espécie de ilusão ética. Desenvolvemos nosso poder de raciocínio abstrato mas nossas respostas ético-emocionais continuam a ser condicionadas por antigas reações instintivas de simpatia perante o sofrimento e a dor de que sejamos testemunhas diretas. É por isso que matar alguém à queima-roupa é, para a maioria de nós, muito mais repulsivo do que pressionar um botão que matará mil pessoas que não possamos ver (Žižek, 2014, p. 47).

No cotidiano, o autoritarismo se reproduz de diversas formas, como no âmbito institucional, a partir de mediações e relações sociais próprias da estrutura brasileira. Processo que é socialmente legitimado e ocorre na forma de violências e violações de direitos presentes, por exemplo, na relação entre magistrados e sociedade, ou entre militares e civis da classe subalternizada.

Enquanto traço preservado das raízes constituintes, a ocorrência do genocídio passivo da população empobrecida — principalmente a negra — é naturalizado, legitimado e até justificado por parte da sociedade. É o que ocorre, por exemplo, com a violência policial e chacinas em territórios socioeconomicamente vulneráveis.

Dessa forma, as violências se reproduzem conscientemente ou a partir de atos desprovidos de reflexão crítica, sendo socialmente naturalizadas em um país de cultura autoritária. A noção de justiça é confundida com vingança e o ato de linchar ou amarrar um sujeito em um poste é algo legitimado pela sociedade, desde que se trate de sujeito negro e empobrecido. Daí também advêm os atos de justiça popular como linchamentos, chacinas, vinganças de aluguel etc.

A reprodução do autoritarismo também ocorre invisivelmente nas relações intrafamiliares, comunitárias e institucionais, sendo resultado da estrutura capitalista, patriarcal e, portanto, alienantes e alienadoras. Há uma concepção socialmente cristalizada de exclusão social de seres humanos inaptos para o mercado, ou seja, prejudiciais ou irrelevantes para a estrutura. Na prática, é o que se observa nos manicômios invisíveis, nos depósitos humanos voltados para a exclusão dos pacientes com transtorno mental e usuários de substâncias psicoativas, no descarte de pessoas idosas em instituições de longa permanência e na reclusão da população jovem e negra em presídios.

Diretamente sobre a profissão, o primeiro impacto do autoritarismo ocorre no cotidiano de trabalho, a partir do antagonismo entre os objetivos institucionais e o projeto ético-político. Se parte da sociedade corrobora e legitima práticas autoritárias, tal reprodução social ecoa sobre os objetivos institucionais.

Cabe citar que “quase 60% das/os assistentes sociais estão empregadas/os no setor público (59,8%), com predominância da esfera municipal (43,59%)” (CFESS, 2022, p. 91). O setor público, maior empregador, é carregado de relações de poder político-econômico locais, disputas eleitorais, ameaças, mando, violências institucionais, demandas eleitoreiras e

assistencialistas. Diante do volume de demandas, da pressão, do medo e da posição vulnerável, há profissionais absorvidos por esse cotidiano.

O segundo impacto é reflexo do primeiro. A subserviência e o medo se sobrepõem diante das perspectivas do projeto profissional, gerando frustração. Quando se deparam com a realidade do trabalho, tais assistentes sociais desacreditam do projeto ético-político e de qualquer transformação social, se isolam e se individualizam. Nesse ponto, ocorre uma desmobilização em torno do projeto e fragmentação da categoria profissional, enfraquecendo a profissão. Um terceiro impacto notado é que pressionados, desmobilizados, individualizados, imersos no cotidiano acrítico, esses profissionais se tornam vulneráveis e passíveis de práticas assistencialistas, antiéticas e ilegais, violando o Código de Ética.

Os impactos supracitados são maximizados devido às condições de classe, raça e gênero próprias do perfil profissional que se apresentam perante a estrutura patriarcal brasileira. Cabe frisar que “92,92%, se identificam com o gênero feminino” (CFESS, 2022, p. 23) e “metade das/os profissionais se auto reconhecem como de cor/raça preta/negra/parda, com 22.255 registros, o que representa 50,34% das/os participantes” (CFESS, 2022, p. 30). Portanto, além da proximidade interventiva com a classe subalternizada, há uma interseção entre a vulnerabilidade advinda das condições classe, raça, gênero e o perfil da categoria profissional.

Em suma, a sociedade brasileira em sua totalidade está inserida na reprodução estrutural do autoritarismo que possui particularidades em um país periférico. No cotidiano das relações sociais, a imediatividade e as singularidades ocultam violências. Não há possibilidade de garantia mínima de direitos em um regime autoritário, ou seja, sem democracia.

Por outro lado, também há intensa dificuldade em garantir direitos até mesmo em uma democracia burguesa, visto que o autoritarismo é uma categoria essencial para a dominação capitalista. No caso do Brasil, o autoritarismo afeta diretamente a garantia de direitos da classe subalternizada, tratando-se de um obstáculo para concretização do projeto ético-político.

Considerações finais

O autoritarismo é historicamente reproduzido e socialmente legitimado a partir da estrutura econômica e da superestrutura. Sua subjetivação no cotidiano ocorre na forma de violências, principalmente sobre a classe subalterna e às questões de gênero e raça a ela inerentes. Dado o perfil profissional, impacta diretamente sobre os sujeitos assistentes sociais não somente de forma ideológica, mas a partir de violências.

Trata-se de um obstáculo para concretização do projeto ético-político do Serviço Social que envolvido com a emancipação dos sujeitos é ontologicamente contrário e imisturável ao autoritarismo. Combatê-lo é *práxis*, ou seja, não basta existir um projeto expresso em normativas legais sem ação prática. Também não existe ação prática efetiva sem compreensão da realidade. Desafio a ser enfrentado sem romantismo ou idealismo, com

saturação da aproximação com a realidade, compreendo-a e a partir das contradições, promovendo rupturas em prol de uma transformação social.

Apesar da derrota do projeto político autoritário nas eleições presidenciais de 2022, a democracia continua sob intensa ameaça e ataque no âmbito nacional e na esfera macroestrutural. Para além da omissão do “deixar morrer” há o ato de “fazer morrer” com um tempero de sadismo de classe e conseqüentemente de gênero e raça. Todavia, das contradições da sociedade capitalista e da dinamicidade histórica emergem novas conjunturas.

A superação do autoritarismo socialmente estruturado é um princípio fundamental para o projeto ético político do Serviço Social, profissão que é polo de intelectuais orgânicos que são agentes de dinamização histórico-dialética para uma transformação social a partir da intervenção social. Superação que envolve o fortalecimento da dimensão ético-política a partir de um olhar para além das imediatezidades, desvelando as contradições e dando visibilidade às violências invisíveis. Visto que o autoritarismo impacta diretamente no projeto ético-político, a contenção passa pela mobilização, coletivização, e fortalecimento das demais dimensões da profissão e das diversas entidades e organizações representativas.

Referências

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Unesp, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBTI+ NO BRASIL (org.). **Dossiê 2022: Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil**. Florianópolis, SC: ANTRA; ABGLT, 2023. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>. Acesso em: 11 maio 2023.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BRANDÃO, Juliana. LAGRECA, Amanda. **O delito de ser negro – atravessamentos do racismo estrutural no sistema prisional brasileiro**. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 17., São Paulo. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. p. 308–319. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. **Código de Ética Profissional dos/as Assistentes**. 1. ed. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf. Acesso em: 12 fev. 2023.

BUENO, Samira; BOHNENBERGER, Marina; MARTINS, Juliana; SOBRAL, Isabela. **A explosão da violência sexual no Brasil**. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA.

17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2023. p. 154–161. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília: CFESS, 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: USP, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LINZ, Juan Jose. **Totalitarian and Authoritarian Regimes**. London: Lynne Rienner Publishers, 2000.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2. ed. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MASCARO, Alysso Leandro. **Crítica do fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2022.

MILGRAM, Stanley. **Obediência à Autoridade: uma visão experimental**. Tradução de Luiz Orlando Coutinho Lemos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

NETTO. **Introdução ao Método da Teoria Social**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2010.

PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. Fundação Friedrich Ebert. **II VIGISAN: inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil: suplemento II**. Suplemento II. 2023. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2023/06/OLHERacaEGenero-Diag-v7-R05-26-06-2023.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

SINGER, Paul. **Dominação e Desigualdade: Estrutura de classes e repartição da renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981. p. 17-120.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. Tradução de Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.

Submetido em: 30/08/2023

Revisto em: 17/11/2023

Aceito em: 16/11/2023